



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RIO GRANDE DO NORTE
DIREÇÃO GERAL**

TRE-RN/SJ/CJD/Seção de Jurisprudência

Indexado	Visto
Publicado	Pág.
Incluído	Visto
Conteúdo	Visto
ALTERAR <input type="checkbox"/>	ARQUIVAR <input type="checkbox"/>
.....	Visto

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/96

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da competência que lhe é atribuída pelo nº 6 do artigo 17 do Regimento da Secretaria, combinado com o Decreto 449/92 em seus artigos 1º e parágrafo único e artigo 2º, "caput",

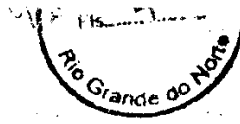
RESOLVE:

1. Nos processos de compra de material e/ou serviços, será cumprido o fluxograma anexo a esta Ordem de Serviço.
2. Os procedimentos dispensados ou inexigíveis de procedimento licitatório deverão transcorrer num prazo de sete dias úteis a contar do recebimento do pedido de compra/serviços até a emissão do empenho, respeitando-se assim, a validade mínima das propostas e/ou orçamentos pesquisados.
3. Ficam desde já cientes todos os setores para a observância fidedigna da presente Ordem de Serviço, sob pena de responsabilidade.
4. A presente Ordem de Serviço entra em vigor a partir desta data. Revogando as disposições em contrário, especialmente a Ordem de Serviço nº 08/95-DG, de 04 de agosto de 1995.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Direção Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, em Natal, 26 de fevereiro de 1996.


Bel IVONCÍSIO MEIRA DE MEDEIROS
Diretor Geral do TRE/RN



COMPRA DE MATERIAL E/OU SERVIÇO

1. Todo e qualquer Setor, Seção, Coordenadoria ou Secretaria deste Regional deverá solicitar a aquisição de material e/ou serviço mediante requisição escrita, endereçada à Direção Geral, devidamente justificada;
2. A requisição seguirá o processamento hierárquico de cada Secretaria;
3. A requisição deverá conter a **especificação completa** do bem a ser adquirido ou serviço a ser contratado (artº 15 parágrafo 7º da Lei nº 8.666/93);
4. O setor solicitante deverá elaborar uma requisição para cada objeto de natureza diversa - uma para bem e outra para serviço;
5. As características técnicas do objeto da requisição poderão ser obtidas pelo requisitante junto às Coordenadorias de Material e Patrimônio ou de Serviços Gerais, conforme o caso, sob pena de não conhecimento do pedido;
6. Do setor solicitante a requisição, após análise de sua conveniência pela Direção Geral, será encaminhada até a SAO;
7. A SAO remeterá à CMP ou CSG para estimativa do valor;
8. A CMP ou CSG procederão à juntada de orçamentos, em número mínimo de três, não sendo permitida a juntada de documentos em facsímiles, apenas na forma de originais ou fotocópias (artº 15, V);
9. Retornando à SAO, a requisição com os orçamentos será enviada à COF para classificação da despesa, e informação da existência de disponibilidade orçamentária, procedendo à respectiva reserva (artºs 14 e 38);
10. A COF remete a requisição à Seção de Contratos, Licitações e Compras para o devido enquadramento da modalidade licitatória (artº 23);
11. A requisição, devidamente instruída com orçamentos, informações da COF e da SCLC, será remetida pela SAO à DG que ordenará a autuação, protocolo e numeração dos autos e posterior encaminhamento à Presidência para autorização da abertura de procedimento licitatório - (artº 38);

11.1. Se for caso de licitação, após a autorização da Presidência, o processo deverá ser devolvido à DG para remessa à CPL;

11.2. Se for caso de inexigibilidade ou dispensabilidade de procedimento, a DG encaminha para avaliação pelo Controle Interno;

12. Após o parecer do Controle Interno a DG encaminha o processo para decisão com ratificação pela Autoridade Superior, o que deverá ocorrer no prazo máximo de três dias:(artº 26)

13. Confirmada a dispensabilidade ou a inexigibilidade do pedido e autorizada a despesa pela Presidência, os autos deverão retornar à SCLC para providenciar a respectiva publicação no prazo legal de cinco dias, como condição de eficácia dos atos. (artº 26, "in fine"), bem como elaboração de contratos, quando a Lei assim o exigir (artº 23, II e 24, I c.c artº 60 parágrafo único e artº's 61 e 62);

14. Da SCLC os autos irão para a COF para providenciar o respectivo empenho.